A danação da “erva maravilhosa”

Luísa Saad

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SAAD, L. A danação da “erva maravilhosa”. In: *“Fumo de negro”*: a criminalização da maconha no pós-abolição [online]. Salvador: EDUFBA, 2019, pp. 69-110.

Drogas: clínica e cultura collection. ISBN: 978-65-5630-297-3.

<https://doi.org/10.7476/9786556302973.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](#).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](#).

A DANAÇÃO DA “ERVA MARAVILHOSA”

“O sopro da revolução que em 15 de novembro abateu as instituições autocráticas e centralisadoras”, que impediam o “progresso d’este vasto paiz”, chegava para “formar o homem laborioso e honesto”, preparando-o para “viver, lutar e progredir, desempenhando a grande função social a que está destinado e concorrendo á obra commum de felicidade publica”.¹³⁶ Mais do que um fim de século, os últimos anos do Oitocentos representavam o início de um movimento que buscava tornar o Brasil uma nação moderna, exemplar e civilizada. A abolição da escravidão e a recente Proclamação da República anunciavam o caminho a ser seguido num país onde o imenso contingente de negros e seus descendentes poderiam representar sintomas de um atraso indesejado. Sob influência europeia, os médicos anunciavam os cuidados e medidas a serem tomados com o objetivo de tornar o território higienizado e fértil para o surgimento de uma “nova raça”, melhorada e capaz de garantir o sucesso do país. Nesse contexto, determinadas práticas deveriam ser combatidas com rigor a fim de evitar a degeneração da população.

As teorias do racismo científico – que os autores mais recentes preferem chamar de *racialismo* – e do determinismo biológico, já bastante consolidadas na Europa, também passaram a ganhar terreno no Brasil. A crescente urbanização e o crescimento das “classes perigosas” geravam preocupação principalmente nas grandes cidades.¹³⁷ A República apresentava-se à população sob os ideais da liberdade e da igualdade, o que poderia ser extremamente perigoso. Assim, a elite intelectual tratou de importar tais teorias raciais e biodeterministas que justificassem o fracasso da implantação prática de um governo popular, ou seja, mais

136 “O novo regimen e as reformas do ensino”, *Gazeta Médica da Bahia*, n. 6 (dez. 1889), pp. 245-246.

137 O conceito de *classes perigosas* nesse período da história brasileira está ligado, intimamente, à ideia de pobreza. Ver em Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 20-29.

uma vez a culpa era do povo. Por outro lado, o fim da escravidão trazia à tona ruídos relativos às novas bases da hierarquia social e às ideias de cidadania, havendo a possibilidade, teórica pelo menos, de a massa de escravos liberta – e, ainda mais numerosas, as gerações de negros anteriormente libertos e seus descendentes – alcançar o mesmo patamar de direitos e oportunidades do resto da população. Assim, as hierarquias sociais deviam ser repostas, recriadas e ideias com o nome de *científicas* que justificassem a desigualdade entre os homens encontravam espaço mais do que propício no Brasil recém-republicano.¹³⁸ Foi nesse ambiente que muitos elementos da cultura brasileira de raiz africana passaram a ser identificados como perigosos e criminalizados. O costume de se consumir a maconha, inclusive.

O vício como pai do atraso e destruidor da moral

Os médicos, dotados do posto de missionários salvadores, tratavam de produzir exaustivamente estudos que apontavam os males a serem vencidos para o progresso da pátria, entre eles o uso de substâncias alteradoras da consciência e que pudessem provocar efeitos negativos sobre qualquer aspecto que compunha a ordenação moral da sociedade: família, trabalho, religião. O que resumia tais anseios de ordem podia ser encapsulado numa palavra/conceito: civilização. Alcançá-la fazia parte de um processo evolutivo amiúde chamado *progresso*, aliás lema da bandeira republicana brasileira. Já em 1885, Arthur Homem de Carvalho apontava: “O progresso é caminho trilhado pela humanidade em busca do capitolio que há de guardar a conquista da luta – a civilização”, ensinando que “cada ação humana tende ao desenvolvimento” e “cada passo da humanidade tende ao thabor da civilização”. A repetição exaustiva dos termos “progresso”, “civilização”, “desenvolvimento” explicavam os anseios não só dos profissionais de medicina, mas da maioria da população “pensante” brasileira. Para que tais objetivos fossem alcançados, era fundamental que o terreno fosse “limpo” de tudo que representasse o atraso, a desmoralização, o regresso e a barbárie. Nesse caso, “a hygiene é uma das filhas do progresso”. A ciência representava o que havia de mais novo e promissor, o caminho na direção da racionalidade, a “luz que rompe a treva” e, em contrapartida, os vícios representavam o que ia na contramão do avanço, sendo o álcool, por

138 Ferla, *Feios, sujos e malvados sob medida*, pp. 50-52.

exemplo, “um poderoso veneno destruidor da vida”.¹³⁹ Responsável por perturbações do psiquismo, o alcoolismo estava na origem de muitas “afecções sociais” e era responsabilidade do Estado, auxiliado pelo saber médico, responder pelo progresso moral e científico dos povos.¹⁴⁰ Embora o álcool estivesse presente desde o começo da humanidade, quando o progresso e a civilização eram ainda um “sonho”, o momento que se apresentava era outro: “hoje o progresso é uma realidade, a civilização uma verdade”.¹⁴¹

“Abysmo sombrio”, o alcoolismo era apontado como o primeiro impulso ao crime, o cerne de incontáveis males e pavorosas consequências, “contra as quaes protesta altamente a moral e a integridade social”. O vício era um fruto que nascia apenas em “degradado terreno”, e daí compreende-se que o médico determinasse que antes do vício havia uma pessoa com tendência intrínseca a se entregar ao mesmo. A partir disso, seria inevitável o “sepultamento moral do homem que se afoga no abysmo da degradação”. Os efeitos do abuso de bebidas alcoólicas seriam cruéis para o organismo e, principalmente, para o cérebro, “órgão que sella o prestígio da raça”.¹⁴² “Escravo da sua constituição organica”, o indivíduo estava fadado a entregar-se ao crime: “O alcoolismo é um flagello moderno, a tara mais negra da nossa civilização”.¹⁴³ Desde fins do século XVII, os discursos antialcoolismo eram dirigidos aos indivíduos “espirituosos”, mas nas últimas décadas do século XIX, sob influência dos degeneracionistas e hereditaristas, o combate ao alcoolismo esteve cada vez mais associado à exclusão social e ao reforço de um estigma que limitava os alcoólatras aos pobres seduzidos pela boemia, estigma ainda mais fortalecido pelos altos índices de tuberculose.¹⁴⁴ Naturalmente, nesse contexto de pós-abolição, a grande maioria de indivíduos das classes trabalhadoras era composta por negros, ex-escravos ou descendentes.

139 Arthur Homem de Carvalho, “Do alcoolismo do ponto de vista da hygiene”, Tese de Doutorado, Salvador, FAMED/UFBA, 1885, pp. 1-2.

140 Lizete Oliveira Kummer, “A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na Primeira República”, Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 2002, pp. 74-92.

141 Carvalho, “Do alcoolismo do ponto de vista da hygiene”, p. 38.

142 Ibid., pp. 24-32.

143 Francisco Rodrigues D’Oliveira, “Narcomania e crime”, Tese de Doutorado, Salvador, FAMED/UFBA, 1909, p. 4-5.

144 Fernando S. Dumas dos Santos, “Alcoolismo: a invenção de uma doença”, Dissertação de Mestrado, São Paulo, UNICAMP, 1995, pp. 99-103.

O vício do álcool poderia contribuir de forma devastadora para o abandono da família e da religião, sabidamente os pilares da boa conduta, acarretando na “degeneração dos costumes” em função do “desrespeito as santas leis da moral, que aperfeiçoam os seres, mantem o equilíbrio e evitam a dissolução social”. Os viciados, “si são fracos e tiverão algum aperfeiçoamento moral, viverão presos ao dever social”, mas se são “fortes” e “robustos” – caso no qual se enquadram, em sua maioria, os negros e seus descendentes, ainda que sob uma idealização imaginária – tenderão a “degenerar a deshumanidade em ferocidade”.¹⁴⁵ Para além da degeneração física de órgãos como o fígado ou os rins, o que mais preocupava os médicos era a degeneração moral, marcada por hábitos como o alcoolismo. Degenerar significava estragar, corromper, depravar. Esses conceitos encaixavam-se perfeitamente em um contexto no qual as classes populares, suas tradições, culturas e hábitos não condiziam com os padrões de normalidade prescritos para sociedade pela elite dirigente e instruída.¹⁴⁶

Certos países europeus serviam de modelo a ser seguido pelo Brasil como ideais de civilização e modernidade. Sempre à frente nas medidas que visavam a ordem e a “higiene pública”, alguns governos da Europa inspiravam a grande maioria de profissionais brasileiros, como os médicos, os engenheiros e os urbanistas. Não são raras as citações louvando ações modernizadoras empreendidas no velho mundo, assim como a realização de congressos que discutiam o alastramento de costumes tidos como prejudiciais à evolução pretendida. O Congresso Internacional do Alcoolismo, realizado em 1889 em Paris, indicava os passos a serem seguidos por aqui, definindo que “o aumento do consumo do álcool é uma das causas principaes da criminalidade, dos suicídios e da loucura”, e orientando “a diminuição da venda das bebidas, tendo por fim a redução do consumo do álcool”.¹⁴⁷ Caracterizado como *Belle Époque*, o período entre o fim do século XIX e o início do século XX foi marcado por intensas transformações em diversas áreas, como a criação de novos meios de transporte, reestruturação urbana, a eletrificação, o controle de doenças e outras ações que visassem o progresso, uma vez que as cidades tornavam-se os locais privilegiados para a consolidação de uma nova ordem burguesa. Inspiradas especialmente na França, as elites brasileiras buscavam absorver esses valores e adaptá-los ao con-

145 Carvalho, “Do alcoolismo do ponto de vista da hygiene”, pp. 35-36.

146 Santos, “Alcoolismo: a invenção de uma doença”, pp. 122-123.

147 *Gazeta Médica da Bahia*, n. 4 (out. 1889), p. 195.

texto brasileiro.¹⁴⁸ Qualquer ação que apontasse na direção da ordem e da higiene deveria servir como espelho para o Brasil aperfeiçoar sua população, até mesmo detalhes como as camisetas escolares adotadas em Paris, estimulando o progresso “com o fim pratico de melhorar a raça, conservando-lhe o vigor physico e a energia moral”.¹⁴⁹ A saúde não era ligada unicamente à ideia de ausência de doença, mas também à higiene, ao trabalho, aos hábitos religiosos e à ausência de qualquer tipo de vício.

Usado a princípio pelas classes altas na Europa, o tabaco havia adentrado outras parcelas da população, uma vez que “a curiosidade existe em alto grau no povo”, que “não tinha uma posição social capaz de dar ao hábito de fumar uma certa elegância”.¹⁵⁰ Era comum a visão médica de que os “inferiores” adquiriam certas práticas por imitação de seus superiores sociais. Seria o caso dos negros. Naquele contexto o negro foi visto como indivíduo irresponsável, infantil e imoral, propenso à imitação e incapaz de discernimento. A infantilização, comumente associada aos africanos pelos intelectuais que se dedicavam ao estudo das raças vinha, sistematicamente, associada à animalização.¹⁵¹ Assim como o álcool, o tabaco teria “desastrosa influencia” sobre a mentalidade, entorpecendo a inteligência, prejudicando a memória e pervertendo o senso moral: “o senso moral no fumante de ordinario desce muito no nivel social”.¹⁵² Visto que destinado a buscar o “aperfeiçoamento moral da sua especie”, o homem deveria manter-se longe dos “desregramentos” que “abatem as nacionalidades, enfraquecem as potencias, esphacelam a sociedade, dissolvem as familias, corrompem os costumes, perturbam o progresso, adormecem o pensamento, cretam o genio”.¹⁵³

Nessa cruzada contra os vícios que poderiam desestabilizar os ideais civilizadores, o tabagismo passou a ser combatido com rigor pelo discurso médico. Apesar de ser uma “planta preciosa aos povos primitivos da América”, o tabaco era visto como provocador de embriaguez, “como acontece com os adoradores do ópio”, provocando “extase”

148 Sandra Jatahy Pesavento, *O imaginário da cidade: visões literárias do Urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999, pp. 190-196.

149 *Gazeta Médica da Bahia*, n. 1 (jul. 1890), p. 4.

150 José Xavier Coelho, “Do tabagismo: sua influência sobre a mentalidade”, Tese de Doutorado, Salvador, FAMED/UFBA, 1889, p. 9.

151 Silveira, “Os selvagens e a massa”, pp. 93-122.

152 Coelho, “Do tabagismo: sua influência sobre a mentalidade”, pp. 56-59.

153 Alfredo de Barros Loureiro Brandão, “Tabagismo”, Tese de Doutorado, Salvador, FAMED/UFBA, 1902, pp. 15-20.

e “avassalando e corrompendo todos os costumes sociaes”. A associação dos efeitos do tabaco com os do ópio comprova a ausência de pesquisa por parte do médico, mas este não é o problema, e sim o de se perceber uma narrativa do vício que o associa, na origem, às classes subalternas e seus costumes primitivos, supersticiosos, às vezes mágicos e sempre perigosos, inclusive por se tratar de uma alternativa ao saber médico hegemônico. O tabaco, “hera que entre os selvagens do novo mundo gosava de tão grande estimativa tanto para fins religiosos como políticos e therapeuticos”, era considerado um “talisma”, no qual os “aborígenes americanos” procuravam efeitos para além da dimensão física: “os mágicos, os astrologos, os adivinhos, os charlatães, as bruxas, toda essa cafila de exploradores da ignorancia humana estava em pleno apogêo, abria boticas á todas as superstições do tempo. A *bruxaria* havia ganhado até as côrtes”. Com o advento da medicina moderna, o tabaco tendia a perder parte do seu prestígio, devendo “descer do altar da magia e ser expulso do templo da medicina”.¹⁵⁴

Ao usarem a planta para “bruxarias e sortilégios”, os “feiticeiros, curandeiros e todas as catervas de nigromantes, especies de chas sociaes que em todos os tempos e em todas civilizações infestam as grandes cidades” constituíam um “sério embaraço para o progresso”, explorando a “crendice e a ignorancia popular”.¹⁵⁵ Entre o fim do século XIX e o início do século XX, a medicina alcançou sua consolidação enquanto saber científico oficial. A Ciência, representada pelos médicos e profissionais de saúde passaria a apoiar e legitimar o controle do Estado sobre as drogas, trazendo para sua responsabilidade o acesso a elas.¹⁵⁶ Buscando a exclusividade das substâncias, os médicos – com toda autoridade que lhes cabia – empreenderam uma verdadeira perseguição aos demais profissionais que praticavam qualquer conduta relacionada à cura. Era necessário que ficassem evidentes as diferenças entre quem estava apto ou não para cuidar dos doentes.

A medicina dos médicos mantinha-se alerta para o uso ancestral das substâncias que pretendia manter sob seu controle: “É o que aconteceu com o uso da coca”, anteriormente usado apenas em função de “suas tão apreciaveis virtudes therapeuticas”. Apesar de o uso remontar a “tempos supersticiosos” pelo “homem de primitivos costumes”, era a ciência quem “garante por fim a verdade”, apesar de o autor reconhecer

154 Coelho, “Do tabagismo: sua influência sobre a mentalidade”, pp. 1-9, grifo do autor.

155 Brandão, op. cit., pp. 26-28.

156 Fiore, “A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil”, p. 260.

que os “indigenas” utilizavam-se da coca para aumentar a força física, para proteger do frio e mesmo para o curativo de fraturas ou úlceras. “Cada povo tem suas modas e seus caprichos”, como a preferência dos orientais pelo ópio, com o qual “sacrificam-se com a ruína de metade de sua vida”.¹⁵⁷

A “morphinomania” acarretava em estragos ainda maiores, degradando a moral e o físico e sendo responsável pela “perversão definitiva da intelligencia”. Entre o uso da morfina, melhor seria sentir dor do que “atirar-se a perigos que não conhece”, podendo um sujeito saudável ser levado à “perversão moral” em pouco tempo. “Os moralistas consideram o intemperante como um abjecto vicioso”, sendo a embriaguez por narcóticos “uma molestia approximada da loucura”, que age “sobre o organismo e os phenomenos materiaes, moraes e intellectuaes”.¹⁵⁸ Em sua origem, a ideia da temperança sempre esteve associada a moderação, a resistência às solicitações da carne, o que implicaria na noção de liberdade para poder sofrer a tentação dos excessos e resistir. Entretanto, em função do movimento a favor da proibição que se desenvolveu entre os séculos XIX e XX, o sentido original da palavra “temperança” – controle, tempero, moderação – foi distorcido, criando a oposição entre vício e liberdade.¹⁵⁹

O uso intemperado dos narcóticos transformava-os em “venenos sociaes”, por intoxicarem o individuo ao ponto de levá-lo a cometer crimes. Além do álcool, “laboram na produção do crime outras substâncias embriagantes”, cujo “uso habitual se vae alastrando e diffundindo em prejuizo da sanidade intellectual da raça e acarretando o individuo á miseria somatica á desintegração mental fomentadora de acções subversivas da moral e da lei”. Tais “substancias narcotisantes” poderiam agir na “palliação dos sofrimentos physicos”, mas o uso se estabelecia “em virtude da força de um sentimento de egoismo [...] que faz preferir o bem estar do presente, às aspirações de perfeição do futuro”. Entre elas “o ether, a cocaína, o chloroformio, o chloral, os brumetos, a antipyrna e a phenacetina, alem de outras, procuradas pelo goso subjectivo e pela

157 O “Estudo sobre a coca e a cocaína e suas aplicações therapeuticas”, de autoria de José Pereira Rego Filho preenche as edições da *Gazeta Médica da Bahia* de julho de 1887 a julho de 1890, com pequenas interrupções. O autor passeia pelo histórico da cocaína, seus usos, sua cultura e aplicações médicas.

158 D’Oliveira, “Narcomania e crime”, pp. 38-41.

159 Henrique Carneiro, “Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência”, in: Beatriz Caiuby Labate e outros (org.), *Drogas e cultura: novas perspectiva*, Salvador, EDUFBA, 2008, pp. 74-76.

ventura intellectual que ellas provocam em seguida ao seu uso: tal é o Ganja e o Haschich".¹⁶⁰

Vícios sociais elegantes (cocaína, éter, ópio e derivados)

A expansão dos vícios publicamente, de forma geral, assustava e alertava profissionais das mais variadas esferas, em especial os médicos. Apesar do costume "do homem procurar sensações estranhas, extase e volúpia nas drogas" ser tão "velho como a humanidade" – "a história mais antiga é certamente a do vício" –, o contexto em geral era incompatível com a possibilidade de uma população apática, entregue a práticas viciosas que impediriam o crescimento da nação e a manutenção da ordem. Não eram exagerados os que temiam, apesar de carregado viés ideológico e conservador, "a invasão rápida dos vícios modernos na nossa sociedade [pois] tudo que se faça hoje contra os vícios tóxicos é pouco, muito pouco em relação às proporções gigantescas do mal".¹⁶¹ Até o começo do século XX, a discussão em torno das substâncias alteradoras de consciência – "drogas" – acontecia de forma mais ou menos individualizada, sem que houvesse um agrupamento concreto ou uma categoria que tratasse do conjunto de vícios. Com a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923, o debate em torno da necessidade de controles eugenistas ganhou corpo e força dentro dos debates especificamente psiquiátricos. Segundo Adiala, "para aquela geração o Brasil degradava-se moral e socialmente por causa dos vícios e da ociosidade, sendo papel da Psiquiatria auxiliar na criação de um homem brasileiro mentalmente sadio". Nesse momento, a categoria diagnóstica "toxicomania" foi definida, hegemonizando uma representação patológica do uso de drogas.¹⁶²

Nesse contexto, dois psiquiatras – ambos diretores do Sanatório Botafoço – dedicaram-se à elaboração de um livro que buscava, em linhas gerais, elencar os vícios aos quais a população estaria exposta e sugerir medidas para que sua expansão fosse controlada. Segundo os mesmos, a toxicomania era "o desejo existente em certos indivíduos de usar tóxicos, afim de obter com elles, ora sensações prazenteiras, ora

160 D'Oliveira, op. cit., p. 37.

161 Pernambuco Filho e Adauto Botelho, *Vícios sociaes elegantes: cocaína, ether, diam-ba, opio e seus derivados, etc: estudo clinico, medico-legal e prophylactico*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1924, pp. 8-12.

162 Adiala, "Drogas, medicina e civilização na Primeira República", p. III-VII.

um estado especial de bem estar que com a continuação vem produzir graves danos”. A recente chegada de alguns vícios, como o da cocaína e do ópio, alertava os profissionais para a necessidade de “luta contra essa pleiade de insanos que cresce dia a dia”. “Em bem da eugenia” era urgente que homens dispostos a lutar pela saúde não assistissem de braços cruzados à “degeneração de nossa raça”.¹⁶³ Embora nesse trecho o conceito de raça não tenha conotação exatamente racista, mas sim de “raça nacional”, os negros e mestiços – e seus costumes – representavam uma ameaça rumo à “degeneração” em questão. A ideia de “raça nacional” estava vinculada ao pertencimento à nação e cidadania, o que não incluía os africanos e seus descendentes.

Entre as tantas drogas que ameaçavam uma “raça” saudável, haviam os chamados vícios sociais elegantes, determinados assim em função da origem e de quem os usava. A cocaína, por exemplo, havia sido trazida por “moços ricos, vindos de paizes estrangeiros” e introduzida nos “meios elegantes”, onde era consumida por “imitação, por curiosidade e por *chic*”. Junto à “sua irmã mais velha”, a morfina, “foram-se infiltrando poderosamente em todas as camadas sociaes [...] como um flagello temeroso para os individuos, para a collectividade, para a eugenia”. “Iniciando suas conquistas pelas classes elevadas”, a cocaína já vazava para os “andares mais inferiores da sociedade”, uma vez que os principais sujeitos a se entregarem ao vício eram os “individuos reflexos que privados de personalidade solida, de character firme, vivem das imitações”.¹⁶⁴ A visão dos “inferiores” enquanto limitados à imitação – como crianças – era comum nas análises do período, como dito anteriormente.

O fator “primordial” para a entrega às toxicomanias era a “degeneração mental” e o uso contínuo deixaria os sujeitos “incapazes de qualquer esforço, irresolutos e apathicos. [...] As noções superiores de moral, ethica, esthetica, auto-critica e altruismo se enfraquecem, muito especialmente nos momentos de necessidade, quando são capazes de qualquer crime”. A “etheromania” – vício do uso de éter – também era um hábito que exigia “perversão do instinto”: “nos psychopatas o vicio entra por qualquer canto”. Com o uso, “o senso moral se embota e o individuo se desqualifica”. O ópio, após uso contínuo, deixava o usuário “sem um momento de energia moral pra sahir delle”, podendo “cometter os mais baixos crimes e a maior torpeza moral”. Se os europeus eram menos re-

163 Pernambuco Filho e Botelho, *Vícios sociaes elegantes*, pp. 13-20.

164 Ibid., pp. 15 e 27.

sistentes aos perigos do ópio do que os orientais, "nós" seríamos ainda mais facilmente "contaminados", talvez pelos caracteres genéticos que nos ficaram como herança. Apesar de o vício ser "dispendioso e difícil" – pois "para fumar-se opio é preciso uma série de objectos e circunstancias especiaes" –, o desespero do "opiomano" o levava aos extremos: "tudo é sacrificado ao vício; desde as joias até a honra".¹⁶⁵

Ao que parece, embora fossem considerados vícios de origem elegante, a cocainomania, a morphinomania, a etheromania e a opiomania tornavam-se ainda mais ameaçadoras à medida que invadiam as camadas compostas pelos indivíduos dito fracos, sem personalidade e já desprovidos de qualquer senso moral. A entrega a mais um vício seria o atestado de impossibilidade de salvação e regeneração. Curiosamente, pouco é revelado sobre as substâncias em si, seus efeitos físicos e farmacológicos. A atenção, nesse momento, está voltada às pessoas, não às drogas. A preocupação, que passa a adentrar os jornais a partir da década de 1920, estava focada nos indivíduos que poderiam construir um futuro brilhante para o país ou destruir de vez a "raça" nacional. Entre os "elegantes", o uso se dava inclusive entre os "espíritos cultos" que, por algum traço de fraqueza, se entregavam a um vício que poderia proporcionar euforia ou esquecimento de alguma tristeza. Nos "populares", a falta de caráter, personalidade e a tendência à imitação eram as responsáveis pelo vício. Para uma profilaxia eficaz dessa mazela que ameaçava todo um projeto modernizador, era necessário identificar "dois typos clinicos bem diferentes": os que não apresentam "tendencias morbidas para os toxicos" e os "doentes da vontade e ainda de taras degenerativas que preparam terreno propicio ao desenvolvimento de todos os habitos viciosos". Esses, "que se mostram entre os anomalos psychicos e loucos moraes", eram "psychopatas de especialissimo estado mental" carentes de "assistencia médico-social adequada". O alerta da notícia se voltava para o uso das "falsas delicias do opio ou as allucinantes excitações da cocaina, [...] á tentação escravizadora da morphina ou do ether, escandaloso e denunciante".¹⁶⁶ Era bastante comum o uso da expressão "terreno propício" para explicar em quais corpos os vícios se desenvolviam com maior facilidade.

Em 1912, durante a Primeira Convenção Internacional do Ópio, realizada em Haia, a produção e a comercialização da morfina, da heroína e da cocaína já haviam sido regulamentadas. A reunião gerou

165 Pernambuco Filho e Botelho, *Vícios sociaes elegantes*, pp. 51-85.

166 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1924, suplemento.

repercussão por aqui, sendo veiculada em jornais de circulação diária como uma “grande campanha”: “O Brazil adhire ao combate contra o opio, a morphina e a cocaina”. Os signatários da convenção se comprometiam a “editar leis e regulamentos severos para as pharmacias e drogarias de modo a restringir o seu emprego aos seus usos medicos e legitimos”. Embora o Brasil não fosse povoado pelas “famosas ‘fumeries d’opium’ que já invadiram a Europa”, a “morphinomania” e o “coca-nismo” já tinham “adeptos e victimas entre nós”, sendo fundamentais medidas enérgicas para coibir “esses males incipientes”. A tendência era que o uso e a repetição “abalem o mais forte organismo e faça degenerar a raça”.¹⁶⁷ Entretanto, a legislação só entraria em vigor em 1921. A maconha ainda não aparecia na legislação e já era tempo de trilhar o caminho para a inclusão, o mais breve possível, da terrível planta na lista de substâncias proibidas por lei.

O “vicio da diamba” – “quase desconhecido e originario da Africa” –, invadia “de modo assustador o interior do Brasil”. Com base nos estudos de Dória e Iglêsias, destrinchados adiante, os autores alertavam para essa nova forma de entorpecimento que já formava verdadeiros “clubes de diambistas”, onde os indivíduos tornavam-se ora “agressivos e perigosos”, ora “idiotas”. Já disseminado entre as “classes mais pobres e quase incultas dos nossos sertões”, onde fazia “sua obra destruidora”, a diamba tendia “a entrar para o rol dos vicios elegantes”. Havia preocupação semelhante de que outros “vícios do povo”, como o candomblé e a capoeira, “subissem” para a dita “boa sociedade”. O vício da maconha parecia seguir o caminho contrário dos vícios elegantes, ameaçando passar da esfera popular para as casas das famílias dos homens que garantiriam o sucesso da nação, sugerindo a verdadeira ameaça aos homens de bem. “A raça outróra captiva, trouxera bem guardado consigo para ulterior vingança, o algoz que deveria mais tarde escravizar a raça opressora”.¹⁶⁸ Seria o caso da maconha que, mais cedo ou mais tarde, entraria para o rol dos vícios espalhados por todas as parcelas da população.

167 *Diário da Bahia*, Salvador, 2 ago. 1912, capa.

168 Pernambuco Filho e Botelho, *Vícios sociaes elegantes*, pp. 64-72.

Um vício nada elegante: a maconha como herança da raça subjugada

Nesses estudos mais antigos, a maconha aparece timidamente em pequenas citações, o que indica se tratar de uma substância ainda pouco conhecida e estudada. Coelho lembra que o “tabaco não é o único produto do reino vegetal que populações inteiras fumam, tomam ou mascam”, citando “o betel, o opio, o naschiche, o canabis”.¹⁶⁹ É interessante notar que o autor chama o “haschiche/haxixe” de “naschiche”, analogia não vista em nenhuma outra referência, o que leva a crer que o autor tenha lido a palavra em algum texto com má visualização, uma vez que as letras “h” e “n” se diferenciam em pouco. Já o artigo masculino para definir a cannabis é comum de ser encontrado nos textos de fins do século XIX, sendo adotado o artigo feminino nas pesquisas mais aprofundadas que começam a se desenvolver no início do XX.

Brandão, ao analisar os maus hábitos que levam à degeneração, afirma que “a verdadeira genese do habito de fumar só pode ser encontrada no prazer que elle causa”, lembrando que não é só o tabaco a substância “a qual a humanidade se habitua a intoxicar-se, pois ao seu lado contaremos o opio, a morphina, o *haschisch*, o betel, a *maconia* (1) o canabis e até o ether e o chloriformio” [grifos no original]. A conclusão é tensa: “a continuar assim não sabemos as gerações do futuro o que chegarão a fumar”. Em nota de rodapé o médico dá mais detalhes: “Maconia ou maconha – é a inflorescencia de uma planta herbacea vulgarmente conhecida com a denominação de *Liamba*.” Segundo Brandão, era cultivada “nos sertões de Alagoas” e era muito semelhante com “o *cannabis sativa* ou canhamo ordinarios”, questionando: “será a *Liamba* uma variedade do canhamo?”. Na falta de estudos comparativos e de pesquisas especializadas pelos botânicos, o autor não conseguiu chegar a uma conclusão. A origem africana da planta, entretanto, parecia não deixar dúvidas, “visto ser conhecida tambem com o nome de ‘fumo de Angola’”. Era “fumada em cachimbos especiaes e nos individuos não acostumados a embriaguez é rapida e produz geralmente uma tendencia ao riso e a ideias alegres”. Como exemplo, cita o caso de um “fumador” que “tornara-se loquaz, ria-se, gesticulava, andava e finalmente acabou por ficar mergulhado em um somno profundo”.¹⁷⁰ Pelo relato do médico, a maconha não parecia amedrontadora a ponto de estar na mesma classificação que o ópio, a morfina ou o éter. Entretanto e ape-

169 Coelho, “Do tabagismo: sua influência sobre a mentalidade”, p. 41.

170 Brandão, “Tabagismo”, pp. 83-84.

sar do pouco conhecimento sobre a planta, era citada e associada aos demais “venenos sociaes” que ameaçavam a estabilidade do sistema e a modernização do país.

O texto mais conhecido e até então considerado pioneiro no estudo sobre a maconha é, precisamente, *Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício* de autoria de José Rodrigues da Costa Dória, médico, professor, político e personagem de um dos capítulos desse livro. Alguns anos antes de sua publicação, provavelmente no início de seu estudo sobre a planta, Rodrigues Dória fez breves considerações sobre a maconha em seu texto “Toxemia e crime”. O autor identificou “Ganja e Haschish” como os tóxicos que têm como agente principal a *cannabis indica*, “planta da família das cannabinaceas”. Segundo ele, em Bengala, “53% dos loucos são devidos á Ganja”, embora não dê detalhes de estudo que o informasse sobre isso. “Ordinariamente fumado”, o tóxico poderia levar a desordens digestivas, anemia, debilidade geral, loucura crônica e demência.¹⁷¹

Já no ano de 1915 – um ano após o *Harrison Narcotics Tax Act*, primeira lei no mundo dedicada à fiscalização do uso medicinal de qualquer substância – foi realizado o 2º Congresso Científico Pan-Americano em Washington, no qual Dória representou as faculdades de Medicina e Direito da Bahia, a Sociedade de Medicina Legal e o Governo do Estado da Bahia com seu estudo sobre a maconha. A citação que abre a comunicação de Dória é reveladora: ao transcrever o trecho de uma obra voltada para o uso do ópio, o médico traz o alerta do perigo que rondava a sociedade brasileira. *Os opiomanos: comedores, bebedores e fumantes de ópio – estudo clínico e médico-literário*,¹⁷² de autoria do médico francês Roger Dupouy, havia sido publicado em 1912, ano em que aconteceu a Convenção Internacional do Ópio em Haia, evento que fortaleceu o combate ao ópio e à morfina e incluiu a discussão sobre a cocaína e a heroína, substâncias cujo consumo crescia pelo mundo.¹⁷³

Segundo Dória, o vício do ópio havia sido transferido, por questões econômicas, dos ingleses – “brancos civilizados” – para os chineses e daí se espalhado, provocando “devastações em vários países da Europa”. Segundo Dupouy, “é o vencido que se vinga do seu vencedor”, no caso os orientais *versus* os europeus, e essa é a lógica adotada por Dória para

171 Dória, *Toxemia e crime*, p. 79.

172 Roger Dupouy, *Les opiomanes: Mangeurs, buveurs et fumeurs d'opium – étude clinique et médico-littéraire*, Paris, Alcan, 1912.

173 UNODC, *The 1912 Hague International Opium Convention*, Viena, [20--].

explicar – e lamentar – o uso da maconha no Brasil. Também “ávidos por lucro”, “nossos antepassados” haviam se arriscado no “baixo tráfico da carne humana” até a metade do século XIX, “quando foi decretada a proibição de importar os pretos africanos, arrebatados à fruição selvagem das suas terras, para serem aqui vendidos como escravos”. Em 13 de maio de 1888, “por entre alegrias e festas”, os escravos haviam sido “tornados cidadãos”, mas “já estavam inoculados vários prejuízos e males da execrável instituição”, entre eles “o vício pernicioso e degenerativo de fumar as sumidades floridas da planta aqui denominada *fumo d’Angola, maconha e diamba*, por corrupção, *liamba* ou *riamba*”. O uso da palavra *fumo* havia sido emprestado do tabaco e a associação a Angola era clara: “donde naturalmente nos veio a planta”. Nas primeiras páginas de seu artigo, Dória dá as pistas do caminho a ser seguido. A origem da planta seria asiática, onde nascia “espontaneamente ao pé das montanhas” e com a qual preparavam o *haschich*, origem da palavra “assassino”, segundo Dória, em função de seus “efeitos perniciosos”. Conforme lenda da Idade Média, os príncipes do Líbano – em especial Hassam-be-Sabak Homairi, o *Velho da Montanha* – obrigavam seus soldados a usarem a planta “para fanatizá-los e, com furor, assassinar seus inimigos”.¹⁷⁴ Dória lança a informação da lenda como um alerta e não cita a fonte de onde ela foi extraída. Veremos o que revelou sua pesquisa mais aprofundada.

Boa parte do relato de Dória é baseada em observações cotidianas e experiências pessoais. Em diversas passagens o autor traz informações do que ouvia e via “nas margens do Rio São Francisco”, área amplamente utilizada para o cultivo de maconha até os dias de hoje. Dória cita que foi ali que adquiriu sementes para cultivo e experiência, mas não nos dá maiores detalhes sobre essa atividade. Também lá viu os “fumadores” fazendo cachimbos de pedra. Com base no que observava e absorvia de relatos de amigos próximos, Dória conseguiu elaborar uma descrição detalhada, embora não muito embasada, do uso da maconha na sua região. Fez uma explicação minuciosa do preparo do fumo para o consumo, que poderia ser enrolado como cigarro, inserido em cachimbos ou vaporizado no “grogioí”, nome que os fumadores davam ao utensílio feito com uma garrafa ou cabaça cheia de água, com o intuito de resfriar a fumaça. Segundo Dória, o instrumento seria utilizado para “lavar” a fumaça e “mitigar a ação irritante que provoca tosse, e às vezes faz espirrar” (ver Figuras 4 e 5). O autor relembra momentos da sua

174 Dória, “Os fumadores de maconha”, pp. 1-3.

infância em que via “indivíduos se entregarem à prática de fumar a erva nos dispositivos rústicos já descritos, dos quais muitos se servem promiscuamente, sorvendo em austos profundos a fumarada apetecida”.¹⁷⁵ Ao contrário do que fazem parecer os relatos, os consumidores da maconha tinham consciência e controle sobre como e o que consumiam, não obstante buscassem formas de minimizar os danos provocados pela substância, como adotar o uso de aparelho para resfriar a fumaça que os incomodava.

Figuras 4 e 5 - Fumador utilizando o grogoiô

Fonte: Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Educação Sanitária, *Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros*, 2. ed, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do IBGE, 1958.

As contradições entre os relatos dos informantes e os sintomas descritos pelo médico são abundantes. Alguns “fumadores” revelam que “a maconha os torna mais espertos, e de inteligência mais pronta e fecunda para encontrar a ideia e achar a consonância”. Embora Dória reconheça que “os sintomas da maconha são variáveis com a dose fumada, com a proveniência da planta, com as sugestões, e principalmente com o temperamento individual”, na maior parte dos casos generaliza os efeitos do uso e tende a ressaltar aspectos assustadores. É comum o uso de expressões como “bem-estar”, “satisfação”, “felicidade” e “alegria” na

175 Dória, “Os fumadores de maconha”, pp. 4-5.

definição dos usuários o que, segundo o médico, levaria "a maior parte dos habituados a procurar a planta": "As ideias se tornam mais claras e passam com rapidez diante do espírito; os embriagados falam demasiadamente, dão estrepitosas gargalhadas; agitam-se, pulam, caminham; mostram-se amáveis, com expansões fraternais; vêem objetos fantásticos, ou de acôrdo com as ideias predominantes no indivíduo". A esse estado, seguia-se "às vezes sono calmo, visitado por sonhos deliciosos". Diferente do ópio, que levava ao transe seguido de esquecimento, havia na "embriaguês da maconha o fato interessante de, após a dissipação dos fenômenos, lembrar-se o paciente de tudo o que se passou diante da fase do delírio".¹⁷⁶ Os efeitos descritos, até então, parecem não representar nenhum tipo de ameaça à ordem ou à integridade física de outrem. Grande parte dos relatos trazidos por Dória revela informações contrárias ao que o médico buscava demonstrar, como a associação aos efeitos do ópio. Segundo o mesmo, "várias pessoas tem-na usado por muitos anos, moderadamente, sem inconveniente palpáveis, experimentando apenas a sensação de uma ligeira euforia."¹⁷⁷ Quanta contradição!

Segundo relato de um colega médico que havia conversado com "pescadores habituados a usar a maconha" – que poderiam estar tanto no interior, à margem dos rios, quanto no litoral –, era comum o uso em grupo "para se sentirem mais alegres, dispostos ao trabalho, e menos penosamente vencerem o frio e as agruras da vida do mar". Depois de fumar, "tornam-se alegres, conversadores, íntimos e amáveis na palestra; uns contam histórias; tais fazem versos; outros têm alucinações agradáveis, ouvem sons melódiosos, como o canto da sereia". Outro fumou maconha e sentiu-se feliz, "achando graça em tudo, dando estridentes gargalhadas a todo propósito, como um louco e tinha muita fome. Comeu desmesuradamente, e após cessou o delírio, entrando em sono profundo e calmo".¹⁷⁸ A sequência risadas-fome-sono não deveria soar tão amedrontadora...

Dória cita diversos autores que indicam o aumento de apetite, o sono e o riso descontrolado como efeitos da maconha. Mas também sugerem a possibilidade de alucinação visual e auditiva, perda da noção de tempo, embaralhamento da fala, entre outros. No entendimento do médico, o vício da diamba poderia ser ainda mais perigoso que o do ópio, que tendia a imobilizar e anestesiar o usuário: "em certas formas

176 Dória, "Os fumadores de maconha", pp. 4-5.

177 Ibid., p. 11.

178 Ibid., p. 6.

do haschichismo agudo, a embriaguez é muito mais povoada de alucinações, mais barulhenta”, embora em trecho anterior tivesse diferenciado o “transe” do ópio aos efeitos provocados pela maconha. Certo Dr. Xavier do Monte, conterrâneo seu que fez um interrogatório com alguns “embriagados”, relatou que os mesmos se tornaram “rixosos, agressivos, e vão até a prática de violências e crimes” como um “trabalhador pardo”, que teria “fumado a maconha como remédio para dores de dentes”, passando a apresentar “suores frios e abundantes, língua pesada, pegajosa, e delírio. Tudo o amedrontava, via-se perseguido pelo povo, sentia fome devoradora, e depois de ter comido uma porção de batatas doces e farinha de mandioca, foi melhorando, até voltar ao estado normal”.¹⁷⁹ A descrição dos sintomas apresentados pelo “pardo” – teria o autor adjetivado um “trabalhador branco”? – com dor de dente não foi um bom exemplo para confirmar a indicação de rixas, agressões, violências e crimes a que Dória tentou o associar.

Dr. Aristides Fontes, também amplamente citado, era médico da Escola de Aprendizes de Aracaju, onde “ouviu” um sargento contar que via frequentemente “um preto velho africano fumar a maconha no *Maricas*”, quando decidiu experimentar a erva e a sensação de “tudo girar ao redor de si”. Ouvia as vozes altas, por mais baixas que estivessem, ouvia pássaros, via vagalumes, sentiu as pernas pesadas, adormeceu e acordou quatro horas depois com muita fome. Mais uma vez, nenhum indício de agressão, violência ou descontrole. Outro exemplo é o de “um preto carregador, de 39 anos, de disposição alegre e risonha, [que] fumou a maconha e sentiu forte excitação, deu para pular, correr; depois dormiu, e sonhou coisas maravilhosas, passando mais ou menos neste último estado por dois dois (sic)”.¹⁸⁰ Suponho que, por erro de escrita, a referência seja “por dois dias” dormindo, embora pareça certo exagero por parte do informante, a não ser que o homem se encontrasse exausto em função de uma carga excessiva de trabalho. Novamente chama atenção a repetida adjetivação dos observados: “um preto velho africano” e “um preto carregador”.

Em diversos trechos aparece a indicação do uso pelos soldados, “os quais ainda entre nós são tirados da escória da nossa sociedade”.¹⁸¹ O recrutamento militar durante o período seguia um padrão estabelecido nas relações entre senhores e escravos ou dependentes. O alista-

179 Dória, “Os fumadores de maconha”, pp. 7-8.

180 Ibid., pp. 6-7.

181 Ibid., p. 11.

mento era forçado e os castigos físicos representavam o principal meio de disciplina dos soldados. A necessidade de um homem "forte" que fosse bem treinado fazia com que o Estado buscasse tipos físicos que rendessem boa "munição" humana, ao mesmo tempo em que trabalhava o lado moral dos que fugissem ao enquadramento esperado.¹⁸² O caso específico de um soldado chama a atenção: após ter fumado a diamba, entrou em "delírio furioso" e tentou matar um capitão. Será que o "delírio" causado pela maconha foi suficiente para essa agressão ou teria havido outras razões de fundo, como maus tratos nas mãos do oficial superior, por exemplo? Esse não é o único caso de referência sobre agressão em quartéis: há o caso de dois militares que fumaram a erva e também apresentaram "delírio furioso", sendo controlados com camisa de força. Um soldado, João Batista, de 33 anos, moreno, viciado em fumar a liamba, "tinha exaltações megalomaniacas, dizendo-se general, Deus, etc; desenhava no passeio do quartel navios, nos quais, em mares tempestuosos, fazia longas viagens. Uma vez tentou agredir um oficial". Segundo Dória, a disseminação do consumo da maconha nos quartéis podia ser explicada por uma real necessidade de tornar a realidade menos dolorosa, uma vez que se "entregavam ao hábito de fumá-la para aliviarem o espírito acabrunhado pela prisão, e terem por êsse modo momentos de distração e alegria".¹⁸³ Como o leitor pode observar, o autor trata os efeitos da maconha de formas bastante diferentes ao longo do relato.

Mesmo reconhecendo essa busca por amenizar os efeitos e dores da vida em quartel, Dória não pondera ou questiona os motivos das agressões anteriormente citadas, desvinculando as violências do contexto em que foram produzidas. Os exemplos utilizados pelo autor para reforçar a ideia dos possíveis perigos presentes no consumo de maconha acabam por revelar, nas entrelinhas, o cenário de opressão no qual viviam os soldados. Ao mesmo tempo em que identifica o uso consciente, Dória o ignora: "os pezares são outra causa frequente do vício: para esquecer, embora transitoriamente, incômodos morais, suavisar a dureza de uma vida atribulada, e passar momentos alegres, distraídos, esperançosos". Entretanto, e alinhado a suas ideias deterministas, previa que "os abandonados da sorte" eram os que se entregavam "ao domínio da erva", "principalmente se à dor moral está associada à tara

182 Adilson José de Almeida, "História do corpo e formação do Estado: soldados do Exército Brasileiro no Império e na Primeira República", *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009.

183 Dória, "Os fumadores de maconha", pp. 7-8 e 11.

orgânica”. Longe de se referir às questões de cunho sócio-econômico ou à subalternidade a opressões sociais – aspectos que ele próprio colheira em suas pesquisas –, Dória fazia questão de frisar que era somente “nos degenerados e tarados” onde o “hábito se estabelece”.¹⁸⁴

A utilização da maconha para fins medicinais é referência constante nas fontes de Dória e dos estudos médicos dos quais se utiliza. As propriedades terapêuticas indicadas são variadas: “estimula a circulação, aumenta o calor periférico, e acalma as gastralgias, despertando o apetite, e excita os órgãos da locomoção”, é indicada “na hipocondria, na morosidade e no *spleen* [mau humor]”.¹⁸⁵ Para além dos conhecimentos médicos, a sabedoria popular fazia seu uso e descobria suas utilidades, como um “preto carregador” que fumou e disse “ter melhorado de caimbras e dores reumáticas de que sofria”.¹⁸⁶ Para os médicos, a dor física seria, em muitos casos, a responsável pelo vício: “as nevralgias dentárias, as dores reumáticas, as gastralgias, os cólicas uterinas em estados dismenorréicos, determinam muita vez o emprego da planta pelos seus efeitos narcóticos e analgésicos; e obtido o resultado benéfico, não hesitam os pacientes em voltar à erva em um segundo acesso, ou como preventivo, e daí se gera com facilidade o hábito e o vício de fumar a maconha”.¹⁸⁷

Sabidamente, a maconha tem utilidade medicinal no tratamento de diversas enfermidades, sendo usada para dor reumática, constipação intestinal, disfunções do sistema reprodutor feminino, malária e outras desde o segundo milênio a. C.¹⁸⁸ O uso pela “medicina popular” chamava a atenção dos médicos diplomados, que alertavam: “é entre nós empregada a maconha como fumo, e raramente em infusão; é dada na asma, onde aliás a tosse provocada pela fumaça faz receiar um uso mais extenso na moléstia; nas perturbações gastro-intestinais, nas nevralgias, nas cólicas uterinas”.¹⁸⁹ Entre o final do Oitocentos e início do novo século, a maconha era divulgada como eficaz medicamento para problemas respiratórios como bronquite, asma e tosse ou mesmo para insônia. Os “Cigarros Índios”, produzidos pelo laboratório francês Grimault & Cie. eram anunciados em jornais de circulação diária (ver Figu-

184 Dória, “Os fumadores de maconha”, pp. 11-12.

185 Ibid., pp. 6 e 8.

186 Ibid., p. 7.

187 Ibid., p. 11.

188 Antonio Waldo Zuardi, “History of cannabis as a medicine: a review”, *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 28, n. 2 (2006), p. 154.

189 Dória, op.cit., p. 9.

ras 6 e 7). A propaganda anunciava o medicamento em forma de cigarro e tranquilizava os que, "temendo a suffocação", tivessem que desistir de "fazer visitas para não subirem quatro e cinco andares" ou temessem sofrer de "opressão, suffocações e insomnia". Curiosamente, alguns anúncios usavam o embasamento médico para a promoção dos cigarros: "São bem conhecidas pelos medicos as propriedades anti-asthmaticas do *Cannabis Indica*, de que se tem falado muitas vezes nas memorias da Academia de Medicina".¹⁹⁰ A mesma medicina que se encarregou de questionar o uso da maconha e apontar duramente para seus possíveis malefícios, era a que aparecia como garantia da qualidade de um produto feito à base de maconha para curar determinadas enfermidades.

Figuras 6 e 7 - "Cigarros Indios" feitos com cannabis indica

Fonte: Arquivo Estado – Memória, Preservação e Acervos.

190 Notícias veiculadas no jornal *O Estado de São Paulo*, em 30 de junho de 1895, 22 de maio de 1897 e 21 de abril de 1901. Todas disponíveis em *Arquivo Estado – Memória, Preservação e Acervos*. <<http://blogs.estadao.com.br/arquivo/category/geral/page/4/>>. Acesso em 22 jan. 2013.

Enquanto isso, a preocupação da medicina convencional sobre as formas “alternativas” de lidar com a cura de doenças já era uma constante desde o século XIX, quando o saber médico passaria a ser a única legítima para oferecer diagnóstico e prescrever tratamento. A medicina moderna chegava com uma vocação política intrínseca, apontando para o sentido de ordenação e normatização positiva da vida social. Em um contexto de crescimento das cidades, alto índice de doenças, desordem e prostituição, o saber médico tinha a responsabilidade de prevenir, sanear e tratar. O usuário de drogas era considerado, antes de tudo, um doente que, assim como os enfermos de outras doenças, ameaçava a saúde, o bem-estar e a integridade do resto da população. No movimento de monopolização da prática terapêutica por parte da medicina científica estava incluído o controle da distribuição e venda de fármacos. Ao restringir certas substâncias para uso exclusivo dos médicos, a medicina conseguiu que o Estado impusesse uma legislação que lhe garantisse a exclusividade de receituário e tratamento.¹⁹¹ Assim, estavam excluídas todas as outras formas de terapia não aceitas pela medicina científica, que foram parar no código penal de 1890 como prática ilegal da medicina.¹⁹²

Os efeitos sobre o desempenho sexual também são comuns nos depoimentos de fumadores que afirmam que o uso corrigia “os efeitos da idade”, trazia “efeitos afrodisíacos” e proporcionava “sonhos eróticos” e “poluções noturnas”. Um fator que poderia parecer positivo, não era, afinal, a medicina era aliada da temperança sexual. A influência sobre a sexualidade não estaria restrita ao homem, mas se estenderia à mulher

191 Fiore, “A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil”, pp. 261-263.

192 O capítulo III do código fala “Dos crimes contra a saúde publica: Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopatia, a dosimentria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos. Paragrapho único. Pelos abusos commetidos no exercicio ilegal da medicina em geral, os seus autores soffrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa. Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica. Art. 158. Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fôrma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro. Art. 159. Expôr á venda, ou ministrar, substancias venenosas, sem legitima autorização e sem as formalidades prescriptas nos regulamentos sanitarios.” As penas variavam entre prisão e multa. Brasil, Decreto n. 847, 11 de outubro de 1890.

quando, "excitadas pela droga", entregavam-se "ao deboche" e à prática do "tribadismo ou amor lésbico".¹⁹³

Para Dória, a educação era a peça fundamental para a prevenção do consumo da maconha: "creio na instrução e na educação com bons preservativos do hábito pernicioso, incumbindo aos poderes públicos melhor cuidarem deste magno problema, tão descurado entre nós, onde o analfabetismo é a regra". A salvação estaria em "uma instrução bem dirigida, reforçada por princípios de sã moral, o conhecimento claro do mal", fortalecendo "o ânimo para a resistência ao vício de qualquer natureza".¹⁹⁴ Como explorado nos discursos de Dória sobre instrução escolar, era na infância que poderiam se desenvolver os caracteres degenerativos e uma boa educação poderia evitar a formação de futuros adultos criminosos ou propensos a hábitos imorais, como o vício em drogas.

Também inserido na esfera da lei, Dória questionou o grau de imputabilidade e responsabilidade dos crimes cometidos sob o uso da erva. Ao citar o Art. 27 do Código Penal,¹⁹⁵ concluiu que "aos crimes praticados durante a embriaguez pela diamba se devem aplicar as disposições penais, relativas à embriaguez alcoólica em um estado de loucura ou insônia, que o privam da consciência e da liberdade necessárias à responsabilidade". Ao refletir mais profundamente sobre a validade do depoimento de um "indivíduo intoxicado pela maconha", lembra que "é empregada pelos africanos para obter declarações, confissões, revelações de segredos".¹⁹⁶ Se na África revelações e confissões sob efeito da maconha tinham validade, o mesmo não poderia ser aceito entre os ditos "civilizados".

Quando Dória encaminha o discurso para as questões do abuso no consumo da maconha, espera-se que haja exemplos e informações que reforcem os alertas e confirmem sua preocupação a respeito do vício. Nos novatos, as doses mais altas poderiam produzir "náuseas, vômitos, languidez, pêso nos membros". Em caso de abuso, "todas as funções nervosas se deprimem"; os adeptos entram em "estado de caquexia, que não permite viver muito tempo. Emagrecem rápida e consideravelmente, adquirem cor térrea amarela, dispepsia gastro-intestinal,

193 Dória, "Os fumadores de maconha", p. 8.

194 Ibid., p. 12.

195 Art. 27: "Não são criminosos: § 4º - Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime".

196 Dória, op. cit., pp. 9-10.

fisionomia triste e abatida, depressão de tôdas as funções, bronquites”. Infelizmente, ao contrário do que faz anteriormente, o autor não traz dados, fontes ou relatos para embasar essas informações. Em contradição com todos os efeitos descritos pelo autor e por seus informantes – riso, alegria, fome, sono, relaxamento, escape da vida turbulenta, incentivo para o trabalho – o médico afirma que “quase sempre a morte sobrevém em pouco tempo”.¹⁹⁷ Essa e outras afirmações serviriam de guias para estudos seguintes que reforçaram a demonização e a criminalização de uma planta utilizada em larga escala por grande parte dos trabalhadores, em sua maioria de origem africana.

Como solução, o médico sugeria: “a proibição do comércio da planta, preparada para ser fumada, poderá restringir a sua disseminação progressiva”, em oposição ao tratamento que indicava para o álcool, questionando a efetividade da proibição sobre um produto utilizado em larga escala e, como reconhece, que prestava certas utilidades ao homem. Para reforçar sua ideia, cita exemplos de “estados do Norte” que proibiram a venda da maconha em feiras com o objetivo de diminuir “as violências cometidas durante a embriaguez da maconha”. “A cura individual” dependia da “capacidade revigorante do ânimo do vicioso e da disciplina de sua vontade”, sem as quais não haveria sucesso.¹⁹⁸ Seriam os “viciosos” da planta capazes de vencer tal vício e se disciplinarem? Ou eram esses usuários destemperados, desmoralizados e incivilizáveis?

Para Dória era claro que as drogas agiam com força extraordinária sobre o organismo humano, “principalmente se o terreno está preparado para o bom desenvolvimento do hábito, se alguma tara degenerativa existe congenitamente, ou se vícios anteriores predispueram a economia a novos vícios”.¹⁹⁹ O último – mas não menos importante – parágrafo de seu estudo revela, enfim, as razões da dedicação do médico em tentar associar determinados efeitos ao uso da maconha que não eram relatados pelos informantes, em relacionar a violência ao consumo da maconha ou associar crimes ao uso e seus usuários. Não havia dúvidas de que “o mal” da maconha havia sido trazido e implantado no Brasil pelos escravos – “a raça subjugada” –, como uma vingança por terem sua liberdade roubada:

A raça preta, selvagem e ignorante, resistente, mas intemperante, se em determinadas circunstâncias prestou grandes serviços aos

197 Dória, “Os fumadores de maconha”, pp. 8-9.

198 Ibid., p. 12.

199 Ibid., p. 11.

brancos, seus irmãos mais adiantados em civilização, dando-lhes, pelo seu trabalho corporal, fortuna e comodidades, estragando o robusto organismo no vício de fumar a erva maravilhosa, que, nos êxtases fantásticos, lhe faria rever talvez as areias ardentes e os desertos sem fim da sua adorada e saudosa pátria, inoculou também o mal nos que o afastaram da terra querida, lhe roubaram a liberdade preciosa, e lhe sugaram a seiva reconstrutiva.²⁰⁰

A "raça preta" não seria de toda má: havia prestado "grandes serviços" aos "irmãos mais adiantados em civilização", que ganham cartaz nas palavras de Dória por oferecer a oportunidade do progresso. Não obstante, o "robusto organismo" – ideia amplamente idealizada do corpo africano, porque bom para o trabalho – teria sido estragado pelo "vício de fumar a erva maravilhosa", jamais pela exploração escravista e castigos experimentados pelos negros fumadores. A ignorância sobre a África chega a sugerir que a maconha seria planta típica dos desertos daquele continente! A ideia de que os africanos vinham dos "desertos" não era novidade, percorre o Oitocentos e se encontra até na literatura abolicionista, por exemplo, em Castro Alves.²⁰¹ Em Dória, os "êxtases" provocados pela maconha lhes trariam lembranças da "saudosa pátria" e das "areias ardentes" por onde passeavam, como se todos viessem do mesmo lugar e esse lugar fosse o Saara. Se era usada para cultivar a memória de suas terras, a maconha seria voltada contra os brancos – os tais irmãos mais adiantados – como vingança por lhes terem roubado sua "liberdade preciosa." O reconhecimento do roubo da liberdade surpreende, mas ele é praticamente justificado pelas outras palavras de Dória, que deixa a entender que os brancos tinham agido com a boa intenção de civilizar a raça preta "selvagem", "ignorante" e "intemperante".

Em várias oportunidades, Dória transcrevia trechos de seu estudo em jornais de diferentes estados. Em 1917 lembrava, na *Revista do Brasil*, da lei de 1888 que havia abolido a escravidão, tarde por já estarem inoculados os males dessa instituição, dentre esses "o vício pernicioso

200 Dória, "Os fumadores de maconha", p. 13.

201 Em "Navio Negreiro" Castro Alves fala dos "miseráveis escravos" como "filhos do deserto, onde a terra esposa a luz". Lembra "o areal extenso, 'o oceano de pó', como se todos fossem filhos do mesmo lugar: 'desertos... desertos só'. Alberto da Costa e Silva analisa criticamente a insistência do poeta na mesma paisagem, 'como se todos os escravos viessem do Saara ou de suas franjas'. Caso tivesse maior interesse em conhecer a história de um escravo e de sua terra natal, 'certamente não teria descrito a África sem qualquer amparo na realidade, a repetir as imagens tiradas do orientalismo romântico francês e a estender para o sul do Saara as paisagens do deserto'. Alberto da Costa e Silva, *Castro Alves*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 118-119.

de fumar as sumidades da planta aqui denominada fumo d'Angolla, Maconha e Diamba". O texto de Dória serviu como farol para os estudos seguintes. Embora tentassem trilhar uma rota minimamente variada, os autores guiavam-se pela luz acesa por Dória e acabavam por reproduzir, em grande parte, o discurso inaugurado pelo médico.

Em 1918, o agrônomo Francisco de Assis Iglésias publicou o estudo "Sobre o vício da diamba". O vício "de origem africana" teria seus adeptos principalmente nos sertões, repetindo a ideia que se tinha do sertanejo como um sujeito atrasado e rude em relação ao litorâneo, alheio à política e à civilização do denso litoral, zona de forte influência estrangeira e, portanto, evoluída.²⁰² Entretanto, uma vez disseminado entre os trabalhadores da pesca, é provável que o uso se estendesse ao litoral também. Iglésias dedica boas páginas a reproduzir de um autor francês as informações botânicas da planta, sua composição química e alguns aspectos superficiais que diferenciam as espécies e subprodutos, como o cânhamo e o óleo de cannabis. À lenda do Velho da Montanha, citada rapidamente por Dória, o autor acrescenta novas e reveladoras informações:

fêz ele construir palácios e paraísos deliciosos, onde permitia aos iniciados gozarem lascivamente de tudo quanto a mais ardente imaginação podia desejar, contanto que jurassem obedecer-lhes cegamente; depois do juramento, logo que estavam adormecidos profundamente, eram conduzidos aos suntuosos aposentos, onde mulheres de beleza rara aguardavam seu despertar, para inebriá-los no sexualismo [...] ao acordarem ficavam surpresos, porem reconheciam a realidade de sua felicidade, que se prolongava até que chegava a ocasião de cumprirem sua obrigação, isto é, de obedecerem ao velho, ou de matarem alguém para poderem voltar de novo à felicidade material.²⁰³

Para o ilustrado autor, essa seria a origem da palavra "assassino", derivada de "haschischino", nome dado aos embriagados de haxixe que matavam os inimigos sob as ordens do mítico príncipe. Enfim: suponhamos que a história retratasse um episódio real. Depois de toda descrição da recompensa oferecida aos "soldados", é difícil acreditar que as orien-

202 Segundo Euclides da Cunha, "o homem do sertão parece feito por um molde único [...] [têm] os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes". Euclides da Cunha, *Os sertões*, Editora Cultrix, São Paulo, 1985, p. 96.

203 Francisco de Assis Iglésias, "Sôbre o vício da diamba", Brasil. Comissão Nacional de Fiscalizacão de Entorpecentes, *Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros*. 2. ed, Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1958, [orig. 1918], p. 17.

tações do príncipe não fossem obedecidas. Cumprir a obrigação – ou seja, matar –, nas palavras transcritas por Iglésias, significava garantir o prêmio, ou melhor, “as mulheres de beleza rara”. Essa descrição vem toda entre aspas no texto do agrônomo sem que, entretanto, o mesmo se preocupe em dar os créditos ao autor original, ocorrência comum em diversas passagens, como em um jogo de colagens. A referência ao Velho da Montanha e à lenda do uso de haxixe por seus soldados são utilizadas por diversos autores, embora nenhum especifique onde, quando e como essa história aconteceu e quem a transmitiu.

A transcrição por Iglésias do discurso do médico Dr. Achilles Lisboa, durante a instalação da Sociedade Maranhense de Agricultura, em 24 de fevereiro de 1918, traz importantes informações sobre os efeitos da diamba de acordo com a realidade de cada indivíduo: “se é um músico, predominam as alucinações auditivas; se é um pintor, são as alucinações visuais; se é um poeta, é a visão fantástica de tôdas as quimeras que lhe povoam a alma de artista”. Todavia, existiam “casos de fenômenos delirantes de violência extrema, com impulsões criminosas, e de delírios persecutórios, com idéias melancólicas, conduzindo ao suicídio”.²⁰⁴ Nesse caso, os autores não evidenciam se houve episódios de violência ou suicídio e nem questionam a possibilidade da manifestação de tais sintomas estarem vinculados a um estado anterior ou uma característica isolada presente no fumador. De certo, na visão dos autores, os aspectos violentos e criminosos nasciam assim, do nada, após o uso da maconha.

Como exemplo do “perigo desta causa degradativa”, lembra o autor do caso de um francês contratado após a guerra franco-prussiana de 1870 para administrar uma fazenda em um município maranhense, trabalho que desempenhou com “muito zêlo, competência e absoluta honestidade” até que conheceu a diamba por meio dos escravos da propriedade. “A mudança de sua conduta foi logo sensível” e as cartas que enviava ao proprietário, antes minuciosas, passaram a esboçar desconexão com a realidade. Resolveu o patrão fazer uma visita ao empregado, quando o encontrou “inteiramente nu, perfilado, mandando avançar colunas imaginárias, em tom de comando”. Com o delírio longe de deixar o francês e cada vez mais agravado, o chefe o enviou para a capital e depois soube de sua chegada à França, já reestabelecido, uma vez que os “duros trabalhos a bordo” haviam lhe restituído a razão. Iglésias lamenta que as cartas escritas pelo francês em transe tivessem

204 Iglésias, “Sôbre o vício da diamba”, p. 20.

sido perdidas, impossibilitando-o de transcrevê-las para assegurar sua veracidade. O caso, de fato, é engraçado e, ainda que seja verídico e sem exageros, não serve como base para a sentença dada pelo autor em seguida: “A continuação do vício traz como resultado final – a morte”.²⁰⁵

Com o fim de estudar a ação tóxica da maconha, Iglésias coordenou algumas experiências com animais de laboratório utilizando um aparelho que reproduzisse ação semelhante a da fumaça inalada pelos “inveterados fumadores”. No caso, os fumadores foram dois pombos, duas cobaias não especificadas e um cachorro. Os quatro primeiros animais apresentaram excitação, agitação e desordenamento motor, seguidos de sonolência e paralisia e, em alguns casos, vômitos. O cachorro, que pesava pouco menos de dois quilos, foi premiado com uma dose maior da planta, o equivalente a dois cachimbos ou cerca de quatro gramas do vegetal. Entretanto, os efeitos não foram muito diferentes: a mesma excitação seguida de sonolência e um longo estado de paralisia como “se estivesse sob ação do álcool”, até que se reergueu e moveu-se lentamente em ziguezagues como os “bêbedos”. Após duas horas o animal estava “restabelecido completamente”. A sexta experiência foi através da injeção intravenosa da água que “lavava” a maconha em coelhos, “não sendo observado sintoma algum de envenenamento”. Em comunicação à Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 1 de junho de 1915, o Dr. Jesuíno Maciel contou que fez um empregado seu e um aluno de medicina fumarem a diamba. O primeiro, mais forte, sentiu leve tontura, ao passo que o segundo caiu em sono profundo e teve sonhos eróticos.²⁰⁶

Aparentemente, pelo que havia observado no “clube de diambistas” e pela experiência de administrar a maconha em animais de laboratório, Francisco de Assis Iglésias não deveria contribuir para a atmosfera de pânico em vias de ser criada em torno da maconha. Mas as conclusões elencadas pelo agrônomo seguiam na direção que apontou o pioneiro Dória, entre elas a ideia de que o vício, “extremamente nocivo”, gerava “graves perturbações de saúde”, podendo levar “ao crime ou ao suicídio”. Era importante lembrar que “essa espécie vegetal, com seu uso nefasto, foi introduzida no país pelos africanos”, sendo urgente a adoção de “medidas enérgicas de profilaxia” pelos poderes competentes “a fim de evitar as graves consequências da extensão desse perigoso

205 Iglésias, “Sobre o vício da diamba”, pp. 20-21.

206 Ibid., p. 22.

vício".²⁰⁷ Boa parte das impressões de Iglésias se baseia no estudo de Dória – que é referência no fim do texto – e não em suas observações.

Para além do consumo entre os populares, ou as “classes perigosas”, o alerta maior apontava para a possibilidade do vício se espalhar para outras camadas da população, ou contaminar os elementos que poderiam garantir uma boa raça e um futuro promissor para a nação. No seu texto pioneiro, Dória dava o exemplo do ópio na França, “espantosamente disseminado, sendo as casas de fumar a droga frequentadas por pessoas de certa instrução”. No caso do Brasil e da maconha, embora o vício ainda estivesse “limitado às classes ignorantes”, o médico noticiava o caso “de alguns fumadores com um grau de instrução regular, e de um funcionário público, bastante inteligente, dominado pelo vício”.²⁰⁸ Iglésias também manifestou sua preocupação com a disseminação do uso para além da classe trabalhadora: “Extrema miséria: a diamba está passando das tascas e choupanas da gente rude para as câmaras das prostitutas! Logo, muito logo, os moços elegantes se embriagarão com a diamba: e como, desgraçadamente, eles têm irmãs, o vício terrível passará a fazer parte da moda, como já o é, a mania do éter, da morfina, da cocaína, etc.”.²⁰⁹ Aceitar a ideia de que os responsáveis pelo progresso do país, e até por sua administração e seu governo, pudessem conhecer e se entregar ao vício era visualizar a ruína de um projeto de civilização e modernidade tão desejado para o Brasil.

Em 1925, o engenheiro agrônomo Leonardo Pereira apresentou um relatório do ano anterior ao então Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, seu superior, no qual alertava sobre a “terrível planta” que trazia “consequências muito mais funestas que as do ópio”, transmitindo “imbecilidade à prole”: “o caboclo que usa a diamba, é imbecil e de uma indolência fantástica”. “Os maiores criminosos”, entretanto, seriam os chefes políticos, que necessitavam da “bestialização do povo para poder explorar nesta nova fase de escravidão brasileira, o povo ingênuo, canabizando-o”. O engenheiro pedia autorização do Ministro para “dar caça a esta criminosa plantação, mais perigosa que a cocaína, o éter, e tantos outros tóxicos, que as nossas leis, patrióticas, proíbem”.²¹⁰

207 Iglésias, “Sobre o vício da diamba”, p. 23.

208 Dória, “Os fumadores de maconha”, p. 12.

209 Iglésias, “Sobre o vício da diamba”, p. 21.

210 Leonardo Pereira, “O cânhamo ou diamba e seu poder intoxicante”, *Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros*, 1958 [orig. déc. 30], pp. 62-64.

Os autores que deram continuidade à pesquisa iniciada por Dória sobre a maconha preocuparam-se mais em reforçar os estigmas criados pelo médico do que em aprofundar o conhecimento sobre a planta. Segundo o Dr. Oscar Barbosa, o novo “flagelo nacional” reclamava “atenção dos médicos nortistas e das autoridades competentes”, uma vez que diversos estudiosos apontavam para a maior difusão da planta no Norte do país. Trazida para o Brasil “por ocasião do tráfico africano”, a planta poderia levar à loucura e à prática de crimes, mantra já repetido exaustivamente pelos autores anteriores. Apesar do perigo iminente, o médico relata que os fumantes dizem que a planta “os torna mais espertos e lhes dá grande inspiração e facilidade de rima”, levando-os a desafios e duelos cantados.²¹¹ A transmissão dos cantos e a prática contínua dos ritos de origem africana pareciam ameaçar os mantenedores da moral e dos bons costumes.

Pode-se afirmar que, entre o texto pioneiro de Dória, de 1915, e a proibição da maconha no Brasil, em 1932, pouco é encontrado na literatura científica ou nos noticiários diários que justifique o alerta dos anos anteriores. Por que a proibição levou tanto tempo para se concretizar? Teria sido porque o consumo estivesse porventura se expandindo para as classes médias e superiores? Teria a ver com novas diretrizes nesse sentido imprimidas pelo novo regime inaugurado em 1930? Pois, apesar das vozes críticas, ainda em 1919, a maconha era vendida como substância medicinal em anúncios de jornal (ver Figura 8). Nesse intervalo os objetivos dos profissionais da medicina foram se delineando e os discursos se fortalecendo, produzindo uma base teórica suficientemente aceitável para que a proibição fosse concretizada.

Figura 8 - Anúncio da chegada de maconha em farmácia do RJ

Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1919, p. 10.

211 Oscar Barbosa, “O vício da diamba”, *Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros*, 1958 [orig. 1928], pp. 29-31.

Da academia para o dia a dia: a maconha nas páginas do jornal

Diante das conclusões tão assustadoras dos que se dedicavam a pesquisar os males da maconha – ainda que sem profundidade – seria quase óbvio encontrar, o mais breve possível, notícias nos jornais que alertassem a população dos perigos que a planta pudesse causar. Entretanto, essa não foi tarefa fácil. Ainda no início dos anos de 1920 os jornais de circulação diária dedicavam-se apenas ao controle das toxicomanias de forma geral. “O problema de assistência aos toxicomanos” era cada vez mais discutido nos noticiários, apesar dos decretos de 1921 que regulamentavam – aparentemente sem o efeito esperado – a entrada no país de substâncias como o ópio e seus derivados, a cocaína e outros. As medidas legislativas eram “artificiosamente burladas”, a repressão policial “irrisória” e os dependentes tóxicos não tinham acesso a uma “assistência médico-social adequada [...] e de acordo com os progressos da psiquiatria”. O livro de Pernambuco Filho e Adauto Botelho, *Vícios sociaes elegantes*, acendia um farol nesse caminho obscuro ao fazer “minuciosa exposição” de “drogas homicidas” como o “opio, a morfina, o ether, a diamba, a cocaína etc.”. Os tais “vícios sociaes” turvavam “os horizontes optimistas” e tornavam “toda uma nacionalidade ameaçada”.²¹²

O “problema da maconha”, particularmente, passou a ganhar destaque na imprensa apenas na segunda metade da década de 1920, quando a proibição já se aproximava. Nessa altura o Dr. Pernambuco Filho gozava de grande prestígio, uma vez que tinha sido um dos delegados brasileiros na “Conferência do Ópio e outros tóxicos” realizada em Genebra em 1924, sob coordenação da Liga das Nações. O Brasil foi escolhido para fazer parte da comissão arbitral, composta por oito países eleitos entre os 41 presentes na Conferência. A ação da delegação do Brasil, segundo Pernambuco Filho, foi “em defesa das propostas que visavam o benefício da humanidade ou combatiam de modo seguro o flagello das drogas nocivas”. Assuntos referentes à heroína, codeína, láudano e haxixe foram cuidados pela delegação, “que conseguiu mesmo collocar a *diamba* – hachiche brasileiro – que tantos malefícios causa no norte do Brasil, entre as drogas sujeitas á fiscalização da convenção”.²¹³ Estava dado o primeiro passo na direção da proibição da maconha. Com pés – e esforço – brasileiros.

212 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1923, suplemento.

213 *A Noite*, Rio de Janeiro, 26 maio 1925, p. 4.

Enquanto a legislação internacional não era alterada, juristas, políticos e médicos brasileiros elaboravam projetos que dessem conta do comércio e consumo de tóxicos, bem como da assistência aos toxicômanos. Em setembro de 1926, a Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados assinou unanimemente e apresentou à plenária um projeto elaborado com base em recentes reuniões organizadas pela polícia. O primeiro artigo esclarece: “Art. 1º. Para fabricar, importar, exportar, reexportar, vender ou ter, para esse fim, tóxicos de natureza analgésica ou entorpecente, tais como o opio, a diamba, a cocaína, os seus congêneres, compostos e derivados, [...] é indispensável licença especial das autoridades sanitária e policial competentes.” A venda fora das formalidades descritas na lei e o porte ou consumo de tais substâncias sem prescrição médica acarretaria em prisão e multa.²¹⁴

Para adentrar o cotidiano dos homens e mulheres comuns que liam seus jornais diariamente, contos e novelas que representassem o uso da maconha podiam ser ferramentas eficientes. Para além das notícias duras sobre elaboração de projetos que visavam um maior controle das toxicomanias – e de seus usuários – “pingavam” nos jornais textos mais lúdicos, nos quais a maconha aparecia dentro de contextos que não o de violência ou criminalidade. Em “Sombras agrestes”,²¹⁵ o autor conta a história de um trabalhador sertanejo abandonado pela esposa que havia sido convidado a experimentar a erva pelo amigo Nêo, que “conhecia de nome a maconha” e havia sido introduzido no “vício” por “velhos bebedores”. Para o veterano Chico – que perdeu a filha fugida com um “palhaço de circo” – “a maconha foi-lhe uma salvação. Avivou-lhe a cabeça e, de amuado que andava, tornou-se outro homem: alegre e falador”. Embora dissessem que ficaria como Nêo, “esquecido, tremendo, fazendo careta, inchando, falando só”, Ignacio não abandonava seus tragos.²¹⁶ O conto descreve um ritual em grupo, no qual a maconha parece ir além de um elemento secundário para tornar-se parte central e indispensável da reunião entre Nêo e seus parceiros.

Na falta de casos do cotidiano ou ocorrências policiais envolvendo a erva, surgiam matérias esporádicas que relatavam os supostos males causados pela maconha e seus usuários. “Pessoas de constituição de-

214 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 set. 1926, p. 3; e *O Paiz*, Rio de Janeiro, 13 e 14 set. 1926, p. 4.

215 O conto de Alberto Deodato, extraído de seu livro *Cannaviais*, fora citado, anos antes, no texto de Adauto Botelho e Pernambuco Filho “Vício da diamba”, *Vícios sociais elegantes*, pp.66-68.

216 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16 e 17 ago. 1926, capa.

bil", por exemplo, poderiam apresentar "manifestações de desequilíbrio mental" decorrente do uso da tiquira, bebida de forte teor alcoólico produzida a partir da mandioca, ou da diamba.²¹⁷

Ao passo que a proibição se aproximava, começam a ser mais frequentes informações específicas sobre a maconha, sua origem e dados sobre seu uso, como um artigo de Gastão Cruls no *O Estado de São Paulo*. Cruls foi um médico sanitarista e escritor que se dedicou a conhecer a natureza brasileira, em especial a floresta amazônica e as espécies que ali cresciam. Em "A Amazonia que eu vi", o autor conta que foi ali que adquiriu, "a titulo de curiosidade, uma amostra de dirijo [...] também conhecido por 'fumo d'Angola', 'maconha', 'diamba', 'liamba' ou 'riamba'", substância que poderia ser chamada de "cocaina do caboclo". Diante do pânico que já estava criado em torno da cocaína, já proibida no país, a associação da maconha com essa droga poderia ser um instrumento útil para convencer e preparar a população para sua proibição. Uma "janela para o infinito" se abria quando do seu consumo, ocasião em que o "tapuyo amazonense" podia alcançar "sonhos irrealisaveis". A chegada da planta ao Brasil "por intermédio dos escravos", passa a ser informação constante, já que o "vício [estava] extremamente arraigado entre as populações africanas", embora seu uso não tivesse grande divulgação "entre nós", "confinado principalmente ao norte do paiz".²¹⁸

Com a chegada da década de 1930 e todas as transformações políticas que trouxe, era fundamental que o pânico em torno do "novo toxico que leva as victimas á loucura" fosse disseminado. Em reportagem que ocupou uma página inteira, o jornal baiano *A Tarde* reproduzia o texto de um médico norte-americano com o intuito de informar – e amedrontar – o leitor brasileiro sobre "um dos mais terríveis narcoticos, jamais combatido pelas autoridades sanitarias e pela policia".²¹⁹ O alerta soava como uma sugestão para que as autoridades brasileiras passassem a agir como o governo norte-americano, certamente mais conhecedor do progresso. Com desenhos de pessoas preparando um cigarro da "herva louca", fumando-o e dançando praticamente em estado de delírio e foto de uma "densa plantação" de maconha encontrada em Nova York (ver Figuras 9, 10 e 11), a matéria trazia informações assustadoras a respeito da planta.

217 *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 out. 1928, p. 6.

218 Gastão Cruls, "A Amazonia que eu vi", *O Estado de São Paulo*, 4 jan. 1930, p. 31. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/arquivo/2012/04/13/maconha-de-uso-medical-a-caso-de-policia/>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

219 *A Tarde*, Salvador, 27 ago. 1929, p. 7. As citações que se seguem, até nota ao contrário, são relativas a essa mesma fonte.

Figuras 9, 10 e 11 - Matéria no jornal sobre a 'herva louca'

Fonte: A Tarde, Salvador, 27 ago. 1929, p. 7.

Segundo o autor, "as orgias de Hachich" eram reproduzidas "todas as noites" em Greenwich Village, bairro nova-iorquino caracterizado pela boemia nesse período. Sem a maconha, as festas não estariam completas. Entretanto, era necessário estar alerta: "os viciados, depois de usa-la em cigarros durante cinco annos, tornam-se loucos furiosos, victimas de um estranho desespero que os impelle á pratica de violencias e finalmente a um desvairado desejo de matar e mutilar". Ao que parece, a imagem de pessoas dançando e caídas no chão não foi uma boa escolha para ilustrar os efeitos descritos no texto. O vício se espalhava facilmente entre os "artistas imaginosos e desregrados, escriptores, musicos e outros artistas" que frequentavam o reduto. Nas reuniões de Greenwich Village os fumadores sentavam-se em "posições confortaveis", de onde narravam "seus pensamentos e visões" uns aos outros, enquanto uns se lançavam às "mais extravagantes dansas".

Para a polícia da cidade americana, "essa droga era uma das mais dificeis de se combater" e recentemente haviam descoberto um terreno baldio com uma "regular plantação da temivel marihuana". Nos Estados Unidos era comum o uso dessa denominação de origem espanhola como forma de associar seu uso à população mexicana imigrante – e indesejada. O preconceito racial subjaz à notícia reproduzida. Como o texto mesmo revela, "grande numero de Mexicanos e Cubanos residentes em Nova York estão familiarisados com esse toxico, fornecido quase que exclusivamente por individuos de raça Latina". Já no Brasil, como vimos nos primeiros estudos e veremos constantemente nas matérias jornalísticas, os termos *diamba*, *liamba*, *fumo d'Angola*, entre outros, reforçavam a relação da planta com os africanos feitos escravos.

A descrição que se segue sobre o plantio, florescimento, colheita, secagem e preparo soa como um passo-a-passo para a identificação da maconha. O autor revela que o "cheiro da fumaça não é desagradável", mas "os efeitos merecem uma descripção mais minuciosa". Na primeira vez em que se experimenta a planta, "o efeito é de hilaridade"; já da segunda em diante, "o fumante goza de sensações mais pronunciadas e que rivalisam com as produzidas pelo opio". O médico alertava que, embora a erva não fosse um "estimulante cardiaco", "incita[va] o systema nervoso a uma desvairada alegria", além de fazer com que a pessoa visse as coisas ao redor aumentadas, ouvisse os barulhos de forma mais intensa e perdesse as noções de espaço, distância, perspectiva e tempo, "como si o proprio tempo participasse de nosso torpor". Nessa fase, o fumador gozaria de "uma serena e agradável sensação de conforto physico", como se o espírito se destacasse do corpo, relembrando a

denominação que os “antigos” davam para o haxixe como “estimulador do prazer”, “consolidador do prazer” e “instigador do riso”. As “fantasias alegres e delirantes inundavam o espírito do intoxicado”, fazendo com que o mesmo abandonasse qualquer restrição ou tristeza. Até então, a sequência descrita na matéria jornalística coincidia com os efeitos descritos nos estudos de Dória, Iglésias e outros.

Mas tais conclusões não seriam suficientes para alarmar o leitor brasileiro a respeito dos males da erva. O autor, no entanto, passa a dar um diagnóstico assustador sobre os possíveis resultados de um consumo prolongado da maconha: se os “addictos do opio podem viver por mais de vinte annos no vicio”, o mesmo não acontecia com os fumantes da “herva louca”, que precisariam de um “physico de gigante para resistir durante um terço daquele prazo á devastações do haschich ou escapar á loucura”. A confusão entre haxixe e maconha aparece aqui e em outras ocasiões, revelando desconhecimento sobre as substâncias por parte de quem se propunha a escrever sobre o assunto.²²⁰ Segue-se um relato minucioso da progressão dos efeitos que em nada se aproxima do estado de loucura. Depois de algumas “baforadas”, esquecimento, descoordenação e fraqueza seriam inevitáveis. Em seguida, “o fumador se torna excitado, mas não em sentido violento ou sensorial” e sim “possuido de uma exaltada sensação de bem-estar”: “as mais alegres e extravagantes fantasias fuzilam em seu espirito. Tudo o diverte”. Ao contrário do descrito por Dória e outros, a reportagem conclui: “Não há delirio ou allucinação. Não há visões.”. Uma ponta de admiração pelos efeitos parece escapar da análise do norte-americano: “Tudo é luz, vida e brilho”. Se a veiculação seguisse essa linha, seria capaz de agregar mais fumadores do que convencer os leitores dos perigos da maconha...²²¹

Era durante a excitação mental que o tóxico se apoderava do organismo da “victima”, deixando a boca ressecada, o rosto e os lábios lívidos, o pulso enfraquecido e a languidez dominando o corpo de tal forma que o indivíduo “seria incapaz de estender um braço para apoderar-se

220 A “maconha” propriamente dita é o material seco localizado no topo das plantas (flor) e possui ordinariamente um nível reduzido de compostos psicoativos. A maconha divide-se entre os tipos *Sativa*, *Indica* e *Ruderalis*, de acordo com sua origem e, consequentemente, suas formas de cultivo e adaptação climática. Já o “haxixe” é a resina extraída das flores prensada e apresenta índices maiores de compostos psicoativos. Esses compostos são conhecidos como canabinóides e são os responsáveis pelos efeitos que alteram a percepção dos usuários, sendo o tetrahydrocannabinol (THC) o mais conhecido deles.

221 A *Tarde*, Salvador, 27 ago. 1929, p. 7. Segue análise dessa fonte até nota contrária.

de um copo de gin". Nessa fase, era essencial a ingestão de qualquer estimulante, como uma limonada ou uma xícara de café, seguida de uma hora de sono reparador, que "terminaria a cura", uma vez que o "efeito ulterior da droga não era máo". Ora, era esse o nível de loucura ao qual o autor se referia? Alegria, fraqueza, bem-estar, esquecimento? Apesar de ir à linha contrária aos primeiros estudos – que apontavam para efeitos violentos, delirantes e alucinógenos –, mais uma vez o discurso antimaconha se mostrava contraditório.

A planta era cultivada em diversos locais em Nova York, "as vistas das autoridades", "em banquetes sob as janelas, em quintaes de casas particulares, em terrenos baldios e até nos parques publicos", apesar de já estar proibida nesse estado. Além de um porto-riquenho apreendido por cultivar a planta em um parque, outro caso chamou atenção: o de um homem que usava as sementes da cânabis – sabidamente bastante nutritiva – para alimentar seus pássaros. O criador de pássaros morava no "Bairro Latino", característica que não passa despercebida ao olhar preconceituoso do autor do texto: "si a noticia de sua existência ali chegasse, a freguesia teria sido enorme". Assim como a maconha era associada aos latinos de forma geral e aos mexicanos mais especificamente – daí a adoção do termo *marijuana*, era comum no discurso proibicionista estadunidense que outras drogas tivessem seu consumo relacionado a grupos sociais considerados perigosos, como foi o caso da cocaína com os negros, o álcool com os irlandeses e o ópio com os chineses.²²²

A essa altura ainda não havia lei federal nos Estados Unidos que proibisse a maconha. Eram poucos os estados que já tinham legislação a respeito, em especial "os que ficam nas vizinhanças do Mexico e que já conhecem de sobra as terríveis devastações produzidas por esse toxico". Em Nova York a planta já tinha sido proibida,²²³ enquanto mais de quarenta outros estados não tinha lei sobre o plantio ou comércio da erva. O autor profetizava: "Certamente teremos algum dia um regulamento drastico contra essa devastadora planta".²²⁴

As notícias de jornais tornavam-se cada vez mais alarmantes e o uso do adjetivo "africana" para apresentar a planta era cada vez mais comum. No artigo "Uma planta africana que é um terrível toxico", de

222 Thiago Rodrigues, "Tráfico, guerras e despenalização", *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 26, ano 3 (2009), p. 6.

223 Em 1914, através da New York City Sanitary Laws, a maconha foi incluída na lista de drogas proibidas. Richard J. Bonnie e Charles H. Whitebread, "The Forbidden Fruit and The Tree of Knowledge: an Inquiry Into The Legal History of American Marijuana Prohibition", *Virginia Law Review*, vol. 56, n. 6 (out. 1970).

224 *A Tarde*, Salvador, 27 ago. 1929, p. 7. Aqui termina a análise dessa fonte.

agosto de 1930, o leitor é informado sobre a descoberta “de um terrível toxico africano, chamado “diamba”, planta que leva ao somno, á loucura e á morte”. A venda era feita nas “casas de ervas sob o nome de canhamo, diamba, sendo tambem conhecida como liamba, maconha”.²²⁵ De fato a medicina oficial ainda não havia alcançado o controle de sua prescrição e ainda era possível encontrar a planta nos compêndios médicos e catálogos de produtos farmacêuticos no início da década de 1930. A descrição do extrato fluido da cannabis enumerava suas qualidades:

Hypnotico e sedativo de acção variada, já conhecido de Dioscórides e de Plínio, o seu emprego requer cautela, cujo resultado será o bom proveito da valiosa preparação como calmante e anti-spamódico; a sua má administração dá às vezes em resultados, franco delírio e allucinações. É empregado nas dyspepsias [...], no cancro e úlcera gástrica [...] na insomnia, nevralgias, nas perturbações mentais... dysenteria chronica, asthma, etc.²²⁶

Substância preferida entre os “presos correccionaes militares”, a maconha levaria o detento aos mais insanos atos, como no caso de um preso – “sabido fumador de diamba” – que ocupava a Casa de Detenção. Segundo o jornal, ele havia dito em entrevista que esteve em nove prisões, fora internado em um hospício, onde ateou fogo a uma enfermaria, fugira de uma outra “casa de malucos” e quebrara muita louça no quartel onde servira.²²⁷ A notícia termina assim, com a fala do detento e sem conclusões, mas a introdução do caso, dando destaque para o hábito do sujeito de fumar a erva, praticamente explica de antemão seu comportamento e todos os transtornos por ele causados por onde passou. A associação do uso da maconha por militares não era incomum, como tratada anteriormente. Relevante ainda é a veiculação de tal informação na capa do jornal, de forma a ser vista por qualquer leitor.

Um “rancheiro” da Escola Militar, pessoa responsável por cuidar da comida dos soldados, “conhecido pelo alcunha de ‘Maconha’” – em função do uso que fazia da “erva” – era acusado de negar a “boia” a alguns praças por quem tinha antipatia, em contraste com a “excessiva generosidade com que serve outras praças”.²²⁸ Embora a nota não seja voltada ao consumo da planta, fica evidente a associação desse hábito

225 A *Tarde*, Salvador, 25 ago. 1930, capa.

226 Araújo S. e Lucas V., *Catálogo de extractos fluidos*, Rio de Janeiro, Silva Araújo & Cia. Ltda, 1930 apud E. Carlini, “A História da Maconha no Brasil”, in: E. Carlini, Rodrigues e Galduróz, *Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina*. São Paulo, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2005, p. 9.

227 A *Tarde*, op. cit.

228 A *Noite*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1928, p. 7.

ao mau comportamento do trabalhador. A reprodução de um telegrama enviado do Rio de Janeiro poderia conferir ainda mais prestígio aos alertas que *A Tarde* dava poucos dias antes. Apesar de informar que a diamba não era “propriamente uma planta africana, mas sim asiática”, a nota lembrava que havia chegado em terras brasileiras através dos esforços dos “negros africanos”. Aqui, onde produzia “estragos deveras lamentáveis”, estaria seu consumo concentrado no Norte do país – como já relatado em fontes anteriores. Ali, os “empreiteiros” tomavam o máximo cuidado em examinar se os trabalhadores “se entregam à diamba, recusando absolutamente dar trabalho aos viciados”, pois sabiam “que com qualquer desavença o operário diambamano é capaz dos maiores desvarios”.²²⁹

Já dizia Dória que o uso da erva era “muito disseminado entre pessoas de baixa condição, na maioria analfabetos, homens do campo, trabalhadores rurais, plantadores de arroz, nas margens do rio de São Francisco, canoeiros, pescadores”. Esses últimos, inclusive, figuravam grande parcela dos viciados: “Onde existem muitos pescadores, o vício é grandemente disseminado”. Um “caboclo” que se disse usuário “há mais de vinte anos, sem apresentar perturbação de saúde”, informou que usava a erva “quando se sentia triste, com falta de apetite e pouca disposição para o trabalho, principalmente à noite, quando ia para a pescaria”.²³⁰ Pelo depoimento, é possível notar que o pescador fazia um “uso consciente” da maconha, que lhe dava alegria quando se sentia triste, lhe trazia fome quando tinha falta de apetite e proporcionava maior energia quando estava pouco disposto e deveria seguir para o trabalho. Fica clara, nos trechos de Dória, a referência a trabalhadores de camadas sociais desprivilegiadas, sem qualquer menção à raça. Entretanto, como já esclareceu a historiografia, tais funções, na época em questão, eram exercidas, principalmente, por descendentes de africanos. A falta de controle moral e entrega aos prazeres associados a uma “vida indisciplinada e descuidosa” é o que conduziria “os desregrados a procurarem

229 *A Tarde*, Salvador, 27 ago. 1930, p. 2.

230 Dória, “Fumadores de maconha”, pp. 11 e 14. Sobre a convivência com pessoas da “plebe rústica e folclórica”, Gilberto Freyre conta que “barcaceiros alagoanos” o “ensinaram a fumar maconha sem o perigo de resvalar em *amok*”. Gilberto Freyre, *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade 1915-1930*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. 249 apud Claudio Marcio Coelho, “Gilberto Freyre: indiciarismo, emoção e política na casa-grande e na senzala”, Dissertação de Mestrado, Espírito Santo, UFES, 2007, p. 96. O *amok* é um termo de origem africana utilizado para denominar um estado de espírito explosivo, de descontrole e fúria, podendo levar a atos violentos.

no vício a felicidade e os gozos” da “fumaça da planta maravilhosa”.²³¹ É possível perceber nitidamente quem seriam os “desregrados”, desprovidos de controle e moral e, portanto, propensos a entregarem-se ao vício com o objetivo único do prazer.

Raimundo, um fumante da diamba de Coroatá, município do Maranhão, torna-se personagem do estudo do médico sergipano por alguns momentos, como exemplo de “caso perdido” em função do “organismo depauperado” – apesar de prestar certos serviços “leves”, como o de cortar lenha – e portador de uma “loucura mansa, que fazia rir, sem molestar ninguém”. Raimundo, homem pobre, não servia para dar recados pois se esquecia de tudo, mas lembrava-se de fatos “anteriores ao seu vício”. Quando recebia uma ordem, desaparecia e retornava “só depois de 2, 3 ou 15 dias”, indício, aos olhos de Iglésias, da demência que o uso da maconha produzia. Com o uso da maconha, o indivíduo “perde o brio, a dignidade, o sentimento do dever e, incapaz para todo trabalho, não busca senão obedecer à tirania do seu vício”. Seria ingenuidade do autor acreditar que o não cumprimento de ordens estaria associado à lerteza causada pela maconha? Quais seriam as outras estratégias adotadas pelos trabalhadores informais para desobedecer aos “patrões” sem que isso soasse como ofensa?

Claramente, o “abuso da diamba” se dava entre os “trabalhadores”, evidenciando um ato de resistência por parte dos subalternos. Como visto nos textos de Dória e Iglésias e nas notícias de jornal, o uso da maconha se dava, principalmente, entre pescadores, carregadores, militares e “homens de trabalho” em geral que, em seus depoimentos, revelam como a erva tornava seus afazeres menos desgastantes e cansativos. Entretanto, pelo discurso dos “superiores”, a maconha subvertia a disciplina para o trabalho e essa era a grande preocupação. Na trilha rumo ao progresso, à ordem e ao sucesso, não havia espaço para trabalhadores indisciplinados, rebeldes e desvairados. A atenção para o rendimento dos funcionários sempre foi uma preocupação para os empregadores, em especial após a abolição quando, uma vez libertos, os serviçais teriam – ainda que não completamente – maior liberdade sobre seu corpo e decisões.²³²

O texto de Dória é lembrado no jornal baiano como o primeiro estudo a se ocupar do “problema social” decorrente do hábito de fumar

231 Dória, “Os fumadores de maconha”, p. 12.

232 Sobre o assunto, ver Wlamyra R. de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, pp. 94-134.

a "herva africana", prestando "um real serviço a nacionalidade". Entretanto, "nada se fez ante o perigo" e a indiferença aos alertas de Dória permitia que ainda se comprasse maconha nos "herbolarios da capital da República". Chegava claramente à imprensa a ideia de doutores como Dória, que relacionavam a "escravatura africana" com a chegada da planta no Brasil, como um "castigo da raça preta" frente à exploração dos seus escravizadores.²³³

Pernambuco Filho continuava se mobilizando para alertar a população dos perigos dos "venenos sociaes", principalmente quando se discutiam os rumos de uma reforma política. Em conferência na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, Filho "chamou a atenção das nossas autoridades policiaes para o novo e terrível vício, que cada vez mais se espalha em nosso meio": tratava-se da diamba, "trazida pelos negros africanos" e que "contaminava" de forma cada vez mais rápida a "população saudavel", provocando "os mais graves prejuizos". A "população saudável" a que o autor se refere também ecoa a preocupação de médicos – conforme já vimos – com a contaminação da classe trabalhadora, da classe média e das elites. A preocupação com a expansão do vício para os que poderiam bem encaminhar a nação era um alerta das mazelas que a continuidade do uso livre da maconha poderia provocar. Contudo, cortar o mal pela raiz significava concentrar a repressão sobre as classes trabalhadoras. Cabia à polícia, "reprimir com energia o vício da diamba", principalmente "nos bairros pobres, onde a diamba está, naturalmente, mais espalhada". "Na classe popular" localizava-se a maior parcela dos "fumadores", que buscavam "allucinações e paraizos artificiaes" semelhantes aos produzidos pelo ópio. O autor naturalmente não se pergunta por que a classe trabalhadora precisava dos tais "paraizos artificiaes" para manter-se sã.²³⁴

As especulações jornalísticas não eram poucas. "Um louco que se acreditava socio do diabo" teve seu transtorno explicado pelo uso do álcool e da "diamba entorpecente". "Privado do uso da razão", o homem se dizia "enviado extraordinario de Satanaz" e matou os próprios "rebentos" com "symptomas de barbaridade requintada".²³⁵ Em tempos de fraco desenvolvimento dos cuidados em saúde mental, tal atividade era associada unicamente às substâncias utilizadas pelo sujeito, como se isso fosse o suficiente para explicar um crime violento como este. Embo-

233 *A Tarde*, Salvador, 15 out. 1930, p. 3.

234 *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 27 maio 1931, p. 2.

235 *A Noite*, Rio de Janeiro, 19 maio 1931, capa.

ra a literatura especializada não tivesse comprovações ditas científicas para a associação da maconha com a loucura e a criminalidade, tais teorias foram ganhando foro de verdade.²³⁶

Queimando tudo

O cenário político da década de 1920 e, em especial, a peculiaridade do movimento de 1930, ajudam a compreender com mais clareza as transformações no tratamento do Estado para com as liberdades individuais e a imposição do modelo de cidadão que se desejava. O ano de 1922 foi palco de acontecimentos marcantes que, de certa forma, transformariam a história cultural e política do Brasil. A Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista, os 100 anos da independência e mesmo a sucessão presidencial anunciavam o início de um novo cenário, ao mesmo tempo em que traziam questionamentos sobre o sistema vigente e respondiam à crise da Primeira República. A economia brasileira havia passado por altos e baixos durante os anos de 1920: ao mesmo tempo em que o setor cafeeiro expandia-se, a baixa dos preços internacionais provocava alta inflação e crise fiscal, superadas por um crescimento significativo até 1929, quando a grande crise atingiu a economia mundial.²³⁷ Também a partir de 1920, ano da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, foi se fortalecendo o movimento sanitarista brasileiro. O controle e extinção das doenças contagiosas visavam não apenas proteger a saúde do brasileiro, mas estimular a entrada de imigrantes europeus – assustados com o alto índice de febre amarela –, indispensáveis para a modernização do país através de seu embranquecimento, ao passo em que diminuiriam os efeitos da miscigenação racial.²³⁸

236 É bastante comum encontrar nas referências bibliográficas dos trabalhos da época uma lista interminável de títulos que abordam a psicopatologia, aspectos psiquiátricos e noções sobre transtornos mentais. Entretanto, nesse momento, o trabalho dos psiquiatras estava menos voltado à compreensão do ser humano como um todo e mais direcionado à formação de um projeto civilizador para o país, tendo a patologização do uso de drogas como um dos nortes nessa “era de saneamento”. Ver Adiala, *Drogas, medicina e civilização na Primeira República*.

237 Marieta M. Ferreira e Surama C. Pinto, “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”, in: Jorge Ferreira e Lucília A. N. Delgado (org.), *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, 5 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, pp. 387-433. (O Brasil Republicano, 1).

238 Luiz A. de Castro Santos, “O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”, *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2 (1985), p. 193-210.

Após uma sequência de dissidências e conflitos dentro dos grupos dominantes e com as bases do sistema em vigor já sendo questionadas há muito, o presidente em exercício foi deposto em 24 de outubro de 1930 – momento conhecido como Revolução de 1930 – e, após rápida passagem de uma Junta Provisória de Governo, Getúlio Vargas assumiu o posto de presidente da República, iniciando uma nova fase da política brasileira. Ideologicamente, o período foi caracterizado pelo abandono dos ideais liberais, direcionado ao controle social e voltado a um pensamento autoritário, influenciado pelo totalitarismo europeu.²³⁹ A modernização conservadora inaugurada com o movimento de 1930 prometia um novo começo em um país que deveria se renovar através de um regime político diferente com base na formação de um novo homem brasileiro. O controle sobre os entorpecentes e, principalmente, sobre determinados costumes que seguiam o caminho contrário ao progresso tornava-se cada vez mais forte e indispensável aos anseios na nova conjuntura.

Em janeiro de 1932, a criminalização da maconha se deu através do Decreto 20.930, responsável por coibir “o emprego e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes”. A planta então passou a integrar a lista de “substâncias tóxicas de natureza analgésica ou entorpecente [...] inclusive especialidades farmacêuticas correlatas”.²⁴⁰ A lei detalhava que se proibia “fabricar, importar, exportar, reexportar, vender, trocar, ceder, expor ou ter” maconha, e para seu eventual uso médico seria “indispensável licença especial da autoridade sanitária competente”. A venda estaria restrita às farmácias devidamente autorizadas e as receitas aos médicos formalmente diplomados, restando ainda uma brecha para o comércio e consumo da planta, embora não haja indícios de que sua utilização medicinal tenha perdurado após a proibição.²⁴¹ O controle da medicina oficial sobre a cura das doenças e o monopólio da indústria farmacêutica sobre os medicamentos estavam cada vez mais fortalecidos.

239 Ferreira e Pinto, “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”, pp. 387-433.

240 A maconha passou a figurar a lista ao lado do ópio bruto e medicinal, da morfina, da diacetilmorfina ou heroína, da benzoilmorfina, da dilandide, da dicodide, da eucodal, das folhas de coca, da cocaína bruta, da cocaína e da ecgonina. Para não dar margem à utilização dessas substâncias sob novos nomes ou fórmulas – como forma de driblar a restrição, o decreto também estabeleceu a proibição de “especialidades farmacêuticas correlatas”.

241 *Diário Oficial da União*, Seção 1, Decreto nº 20.930, de 11 jan. 1932, p. 978.